

NONA

Informativo do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná | Ano XVI | Número 191

Comissões antecipam estudos para a Semana Institucional



 Inara Passos

Desembargadores Sérgio Murilo Rodrigues Lemos, Marlene Fuverki Suguiyatsu e Dirceu Buyz Pinto Júnior, coordenadores das comissões da Semana Institucional que será realizada de 12 a 16 de setembro, em Curitiba **PÁGINA 10**



Pato Branco tem novas instalações

A nova sede da Vara do Trabalho de Pato Branco foi inaugurada. O trabalho já começa com o processo eletrônico instalado e a utilização pioneira do software Juriscalc.

► **PÁGINA 12**

Inscrições para concurso até dia 18

Terminam no próximo dia 18 de julho as inscrições para o concurso de melhores práticas de execução, para magistrados e servidores do TRT-PR. Os prêmios são um notebook, um i-Pad e um i-Pod.

► **PÁGINA 7**

TRT cria Coordenadoria de Projetos para apoiar o Planejamento Estratégico

O Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (TRT-PR) instalou, recentemente, a Coordenadoria de Projetos (CPROJ). Do ponto de vista técnico, a nova área surgiu da reestruturação da Assessoria da Direção Geral, sem acréscimo de recursos, efetuando apenas o remanejamento de servidores. De acordo com o diretor geral do TRT-PR, Eduardo Silveira Rocha, o papel da coordenadoria é tornar efetivo o Planejamento Estratégico do Tribunal. “As ações definidas no plano estratégico serão gerenciadas e operacionalizadas pela nova coordenadoria”, explica o diretor Silveira Rocha.

A preparação para a implantação dessa Coordenadoria vinha sendo feita há algum tempo. O primeiro passo aconteceu pouco mais de dois anos atrás, quando o TRT-PR contratou um curso de especialização da Fundação Getúlio Vargas, na área de Gerenciamento de Projetos, que foi ministrado a cerca de 40 servidores. Parte desses servidores foi designada para atuar na nova Coordenadoria de Projetos (CPROJ).

Esses profissionais especializados adquiriram o conhecimento técnico necessário para efetivar as ações estabelecidas pelo Planejamento Estratégico, com o propósito de atingir as metas e os objetivos institucionais do Tribunal. “Sem uma área para executar o que é decidido como prioritário, o planejamento não consegue sair do papel. Por isso, a criação da Coordenadoria de Projetos é tão importante para o Tribunal”, finaliza Silveira Rocha.

► COORDENAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROJETOS

Todas as ações voltadas para o atendimento dos objetivos institucionais do Tribunal são tratadas como projetos, desde a realização de um concurso público até a modificação nas instalações do TRT-PR. E os projetos são definidos como atividades não rotineiras, caracterizadas por uma sequência lógica de eventos com princípio, meio e fim.

Os projetos têm por objetivo a criação de um produto ou um serviço ou, ainda, a obtenção de um resultado exclusivo. Cada projeto é único, com suas próprias singularidades, sendo desenvolvido em etapas (iniciação, planejamento, execução e controle e encerramento), devendo ser conduzido dentro de parâmetros de prazo, custo, recursos envolvidos e qualidade.

A ferramenta institucional para implementar essas ações é o Gerenciamento de Projetos, utilizado pela nova Coordenadoria. Entre os casos de sucesso que já contaram com essa ferramenta no TRT-PR estão a implementação do Sistema SUAP pela então Secretaria de Informática, em 2003, e a Política Institucional Imobiliária da Secretaria de Engenharia e Arquitetura, iniciada em 2009.

Com a nova Coordenadoria, o TRT-PR pretende, dentre diversos propósitos, alinhar os projetos aos objetivos da Instituição; possibilitar a rápida implantação e execução de novos projetos; garantir agilidade, confiabilidade e transparência nas informações referentes ao progresso dos projetos e melhorar o nível de gerenciamento dos projetos da Instituição, conferindo maior eficiência no planejamento e na condução dos mesmos.

 Maria Celeste Corrêa

Expediente

Informativo NONA

Publicação do TRT do Paraná

Presidente:

Desembargador Ney José de Freitas

Vice-Presidente:

Desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão

Corregedor Regional:

Desembargador Amor Lima Neto

Diretor-Geral:

Eduardo Silveira Rocha

Secretária-Geral da Presidência:

Rosana de Lurdes Mendes

Secretária do Tribunal Pleno, Órgão Especial e Seção Especializada:

Ana Cristina Navarro Lins

Assessor de Comunicação Social e

Jornalista Responsável:

Gladimir Nascimento

Assessora de Imprensa:

Flaviane Galafassi

Redação:

Flaviane Galafassi, Gladimir Nascimento, Leticia Gabriele e Maria Celeste Corrêa

Fotografia:

Inara Passos, Leticia Gabriele, Luiz Munhoz Marcos Dias, Ascom do TRT-RJ e arquivo do TRT-PR

Revisão:

Danielle Mengarda, Flaviane Galafassi, Gladimir Nascimento, Leticia Gabriele, Marcos Dias e Maria Celeste Corrêa

Projeto Gráfico:

Joel Alexandre Gogola

Tiragem:

500 exemplares
Disponível no site do TRT
www.trt9.jus.br

Impressão:

Gráfica Adescryn

Sugestões e opiniões para o NONA:
Assessoria de Comunicação Social do TRT
Al. Dr. Carlos de Carvalho, 528 - 5º andar
CEP 80.430-180 - Curitiba-PR
Fone: 41 3310-7309 - Fone/Fax: 41 3310-7171
ascom@trt9.jus.br

Missão do TRT-PR

“Solucionar os conflitos provenientes das relações trabalhistas com qualidade, agilidade, uso responsável dos recursos e respeito ao cidadão”.

Visão do TRT-PR

“Ser referencial de qualidade e agilidade na prestação jurisdicional trabalhista”.

PJE iniciará em dezembro unificação do processo eletrônico na Justiça do Trabalho

O sistema do TRT-PR é compatível e será conectado ao do CNJ

► **O AGUARDADO PJE** – Processo Judicial Eletrônico –, que vai unificar as iniciativas de processo em meio eletrônico de todo o Judiciário, foi apresentado oficialmente aos Tribunais no último dia 22 de junho, no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em Brasília. Até 5 de dezembro, deverá estar concluída a adaptação para a Justiça do Trabalho, na fase de conhecimento de processos. O cronograma, anunciou o presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), João Oreste Dalazen, está sendo cumprido à risca.

No TRT-PR – onde o processo eletrônico começou em 2009 e hoje é realidade em Curitiba, algumas cidades da Região Metropolitana e nas regiões de Londrina e Maringá – a infraestrutura para adoção do PJE está praticamente concluída. O processo eletrônico do TRT é compatível com o PJE e, quando o projeto do TST for concluído, os dois poderão ser conectados.

No lançamento do PJE, o ministro João Oreste Dalazen o classificou como “fato histórico, com grande repercussão em diversas áreas, como acessibilidade, sustentabilidade ambiental e nas funções desenvolvidas pelos servidores”.

Durante a capacitação para a fase atual da implantação no Paraná, servidores e juízes se mostraram confiantes no processo eletrônico. “Achei excelente, muito claro e bem organizado”, disse o juiz Waldomiro Antônio da Silva, de Colombo, após reunião com o coordenador do projeto,



Marcos Dias

Juízes estão entusiasmados com o novo sistema

juiz Bráulio Gabriel Gusmão, em Curitiba, em junho. “Estou muito confiante, pela implantação racional que o Tribunal está promovendo, sem atropelos”, completou o juiz Waldomiro, para quem “o processo eletrônico vai racionalizar muito o trabalho”.

A juíza Mariele Moya Munhoz, da 2ª Vara do Trabalho de São José dos Pinhais, contou que “antes, tinha uma certa insegurança. Agora, estou gostando da mudança. Depois dessas explicações, estou muito confiante. O Tribunal está de parabéns. Não há nenhum temor”.



Marcos Dias

Juízes participam de treinamento em Curitiba, durante preparação para implantação do processo eletrônico

Plenário do Senado confirma Ney José de Freitas no Conselho Nacional de Justiça



Mesa diretora da CCJ, com o desembargador Ney José de Freitas e outros indicados para o Conselho Nacional de Justiça

O plenário do Senado confirmou, no último dia 28 de junho, o nome do presidente do TRT-PR, Ney José de Freitas, para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), como um dos três representantes da Justiça do Trabalho. Uma semana antes, o desembargador havia sido sabatinado e aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Além dele, o TST indicou o ministro Carlos Alberto Reis de Paula e o juiz do Trabalho José Lúcio Munhoz, de Santa Catarina.

► **SABATINA** - No relatório em que defendeu a nomeação do desembargador, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o senador Álvaro Dias (PSDB-PR) ressaltou, além da carreira jurídica, o currículo de Ney Freitas como professor e pesquisador acadêmico. O indicado, disse o senador, "aten-



Ney Freitas com o senador Álvaro Dias e o presidente da CCJ, senador Eunício Oliveira

de a princípios essenciais da probidade, da competência e da qualificação técnica, portanto, com louvor o parecer é favorável à indicação ao CNJ".

Ney José de Freitas relacionou a criação das Escolas Judiciais e do Conselho Nacional de Justiça como duas das principais inovações da Emenda Constitucional 45, que reformou o Poder Judiciário. O CNJ, disse ele, sem prejuízo à autonomia dos Tribunais, tem a tarefa de transformá-los em "arquipélago", pois, "como já se disse, eles atuavam como ilhas".

Demóstenes Torres, senador pelo DEM de Goiás, iniciou a sabatina solicitando ao indicado opinião sobre "a alta taxa de reforma das decisões" dos Tribunais Regionais do Trabalho, quando chegam ao TST. Demóstenes Torres indagou se a taxa de reforma das sentenças justificaria "a criação de uma espécie de súmula com efeitos vinculantes" na Justiça do Trabalho. "Talvez fosse, mesmo, o caso de o TST ter um mecanismo de súmula", disse o sabatinado, que preferiu não comentar as taxas de reforma de sentenças de outros tribunais, que não o TRT do Paraná, do qual é presidente.

► **AUTONOMIA** - As Justiças do Trabalho e Federal têm "origens, histórias e conformação completamente diferentes, e uma unificação viria em prejuízo do trabalhador. Por isso, me parece razoável que permaneça a justiça especializada", respondeu Ney Freitas ao senador Pedro Taques (PDT-MT), que indagou sobre a "unificação" dos dois ramos do Judiciário, tese vencida durante a discussão da Proposta de Emenda Constitucional que resultou na Emenda 45. "Parece-me que a Justiça do Trabalho atende bem à solução dos conflitos entre capital e trabalho", concluiu o presidente do TRT.



Freitas comentou atribuições do CNJ e da Justiça do Trabalho

Também ao senador Taques, o desembargador respondeu sobre a organização da Justiça Federal. O parlamentar perguntou se, nesse ramo do Judiciário, poderia ser aplicada a mesma organização da Justiça do Trabalho, que tem “praticamente um tribunal regional para cada Estado”. Há 24 TRTs e somente 5 Regiões da Justiça Federal. “Talvez fosse, sim, o caso de expansão da Justiça Federal”, disse Freitas. Afinal, concluiu, “é muito difícil, hoje, um tribunal, por exemplo, com sede em Brasília, ter uma jurisdição imensa” e atender a todas as necessidades dessa jurisdição.

Para Freitas, a composição do CNJ, questionada pela senadora Marinor Brito (PSOL-PA), é adequada. Para ele, a presença de um número maior de magistrados é compreensível, dada a natureza do Conselho, e a presença de representantes do Ministério Público, dos advogados, da Câmara Federal e do Senado não fere o pacto federativo nem ofende o princípio constitucional da separação entre os Poderes. Sobre a postura do Conselho, que a senadora classificou como incisiva, Freitas lembrou o que já havia



Indicados conversam com o senador Roberto Requião

afirmado, a respeito da importância do CNJ, e acrescentou que “o Conselho, nessa sua função de gestão dos tribunais, notadamente, tem prestado uma bela contribuição para o ordenamento jurídico”.

Em entrevista ao jornalista Álvaro Borba, da rádio CBN, após a sabatina, o presidente do TRT enfatizou que, além da competência constitucional de controle administrativo, financeiro e disciplinar de todos os tribunais, com exceção do Supremo, o CNJ tem outra “função importante, que é o estabelecimento de diretrizes básicas de gestão. O juiz não foi treinado para administrar, e sim para julgar. Quando chega a época de administrar, há sempre muita dificuldade, e o CNJ funciona hoje como órgão centralizador que oferece aos Tribunais a possibilidade de uma gestão compartilhada, de orientação no que se refere à gestão administrativa”. Para Ney José de Freitas, “essa também é uma feição muito interessante do Conselho Nacional de Justiça”.

O CNJ é composto por 15 conselheiros: um ministro do Tribunal Superior do Trabalho, um desembargador de



A sessão foi transmitida ao vivo pela TV Senado

Tribunal Regional do Trabalho, um juiz do trabalho, um ministro do Superior Tribunal de Justiça, um desembargador de Tribunal de Justiça, um juiz estadual, um juiz do Tribunal Regional Federal, um juiz federal, um membro do Ministério Público da União, um membro do Ministério Público Estadual, dois advogados (indicados pela Ordem dos Advogados) e dois cidadãos reconhecidos pelo notório saber jurídico (indicados pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal), além do presidente do Supremo Tribunal Federal, que é também presidente do CNJ. Os conselheiros têm mandato de dois anos e podem ser reconduzidos uma vez.

Ney José de Freitas é curitibano, tem 58 anos, é doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná (2003) e mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2000). Entrou para o TRT do Paraná em 1985, como primeiro colocado no concurso público do Tribunal, e foi eleito presidente do Tribunal em outubro de 2009. Em 2010, assumiu a coordenação do Colégio de Presidentes e Corregedores de Tribunais Regionais do Trabalho (Coleprec), à qual renunciou após a indicação para o CNJ.



PROCESSO ZUMBABI COMO VENCER O

Eles já são maioria! A cada 100 processos julgados pela Justiça do Trabalho, 69 param na fase de execução. Quase 70% do seu trabalho, estafante e meticuloso, na prática se perde por dificuldade de localizar e penhorar bens que honrem a sentença.

O TRT-PR vai premiar as melhores práticas para acabar com o fenômeno dos processos que não se deixam executar.

Para participar, descreva, sucintamente, o modo como você agiliza e garante a execução.

Os relatos mais práticos e efetivos serão premiados com um notebook (primeiro lugar), um i-pad (segundo lugar), um i-pod (terceiro lugar) e certificados de menção honrosa, com anotação na ficha funcional.

Leia o edital com o regulamento no site do Tribunal: www.trt9.jus.br

INSCRIÇÕES DE 2 DE JUNHO A 18 DE JULHO DE 2011

Zumbi visita fórum de Curitiba

Inscrições para o concurso de melhores práticas na execução, para magistrados e servidores do TRT-PR, vão até 18 de julho

Para promover o Concurso de Melhores Práticas de Execução, o "Processo Zumbi" percorreu as Varas do Trabalho da Capital. Marcos Dias, o ator que encarna o Zumbi na campanha de divulgação do concurso, distribuiu folhetos com instruções sobre como participar. Marcos, que é estudante de Jornalismo e estagiário na Assessoria de Comunicação do Tribunal, assustou alguns colegas de trabalho com sua performance de "processo morto-vivo" – aquele que ninguém consegue executar. Em muitas das 23 Varas, proporcionou uma pausa na rotina de trabalho. Servidores e juízes se descontraíram e, ao mesmo tempo, se motivaram para o concurso.

Na maioria das Varas, o personagem foi reconhecido, o que mostra um bom nível de informação dos magistrados e servidores a respeito do esforço do Tribunal Regional do Trabalho paranaense para encontrar formas mais eficazes de fazer executar as decisões judiciais. Numa segunda etapa de promoção do concurso, cartazes e folhetos foram distribuídos também nas Varas do interior e da Região Metropolitana, para estimular a participação. A execução, prioridade do TRT, assim como de toda a Justiça do Trabalho, desafia o Judiciário brasileiro, que lida com taxas de congestionamento de aproximadamente 70% na fase de liquidação das sentenças.



O ator Marcos Dias distribuiu os panfletos nas Varas



O Zumbi foi reconhecido em todas as Varas do Trabalho de Curitiba



Vários dos servidores e juízes que receberam os folhetos de divulgação afirmaram que pretendem participar do concurso



A visita do Processo Zumbi interrompeu, com bom humor, a rotina de trabalho no Fórum de Curitiba

Concurso de Melhores Práticas procura ideias objetivas que melhorem execução

Termina no dia 18 de julho o prazo para entrega das descrições de práticas de execução de sentenças trabalhistas, do Concurso de Melhores Práticas de Execução do TRT-PR. O concurso tem caráter eminentemente prático: não se procuram monografias acadêmicas, mas sim descrições objetivas de maneiras de viabilizar a execução, ou ideias que, mesmo ainda não testadas, mostrem-se promissoras para aperfeiçoar os procedimentos. Nessa reta final das inscrições, eventuais dúvidas sobre o concurso podem ser discutidas com a Secretaria Geral da Presidência, pelo ramal IP 7228 ou pelo 7289. O edital do concurso está publicado na página inicial do site do Tribunal. Os prêmios são um notebook, um i-pad, um i-pod, anotação na ficha funcional e menção honrosa. Os equipamentos já estão em poder da comissão organizadora.



▶ ENTREVISTA

DESEMBARGADOR CÉLIO HORST WALDRAFF
Presidente da comissão organizadora do concurso de melhores práticas de execução na Justiça do Trabalho do Paraná

Que tipo de trabalho pode ser apresentado ao concurso?

Essa iniciativa é interessante e original. Que me recorde, nunca tivemos nada semelhante. Qualquer tipo de prática de execução, seja idealizada e implementada pelo servidor ou pelo juiz, pode ser apresentada como opção para o exame da comissão.

O senhor acredita que há muitos mecanismos, macetes ou ferramentas eficazes sendo usados isoladamente por alguns servidores, na execução, sem conhecimento da maioria?

Definitivamente, sim. A gente tem a impressão de que há inúmeras práticas desse tipo. Cada servidor, cada juiz tem técnicas específicas, certas experiências e soluções que deram resultados práticos, e que acabam não sendo compartilhadas porque a pessoa imagina que aquilo é uma circunstância restrita. Mas a solução para um problema local pode servir para inúmeros outros colegas, em outras situações e outras realidades.

A ideia a ser apresentada ao concurso precisa já estar em exercício? Precisa ter sido testada? Pode ser uma ideia unicamente teórica?

Não, não precisa ter sido testada. Vale a sugestão, inclusive teórica. Enfim, alguma ideia que alguém tenha e possa eventualmente ser levada à prática na sequência.

Como apresentar a prática para a comissão?

A comissão redigiu um regulamento e a ideia é, especificamente, oferecer parâmetros para facilitar a apresentação.

Precisa ser de acordo com a metodologia ABNT?

Há pouca coisa de metodologia, somente para garantir que os trabalhos tenham uma dimensão apropriada, mas nada muito rigoroso. Não seria isso que tenderia a eliminar um trabalho ou excluir uma boa ideia. A questão é pura e simplesmente uma referência, para facilitar também o próprio exame e para permitir que o candidato que pretenda apresentar alguma coisa tenha parâmetros sobre o tamanho da fonte e algumas questões de intervalo entre linhas, mas sem nenhum tipo de rigor excessivo com relação a isso. Definitivamente, não deve ser um critério de eliminação.

Ou seja, não é uma monografia?

Não. Definitivamente, não. É uma extensão de, no máximo, cinco páginas em que o candidato possa expor de maneira concisa, fácil, clara e bastante rápida essa sua ideia. Contará, muito mais, a essência do conteúdo, até porque a própria comissão é composta de juizes, pessoas que também militam e têm condições de perceber claramente, desde logo, do que se trata, se a ideia é boa, se tem

um impacto importante como execução. É um trabalho, vamos dizer assim, de especialistas para especialistas.

O senhor atua na Justiça há mais de 20 anos. A execução sempre foi um problema?

De fato, esse problema sempre existiu, mas era uma espécie de dívida que a própria Justiça do Trabalho tinha para com esta fase do processo. Nós não consideramos com ênfase necessária a execução. Eu lembro, tempos atrás, que estava conversando com um colega, e ele reclamou: "Perdi a minha sexta-feira, fiquei o dia inteiro fazendo penhoras on-line, em vez de estar proferindo sentenças". Ótimo! Respondi a ele: "Quantas penhoras on-line fez? Dez? Vinte? Trinta? Então conseguiu resolver dez, vinte ou trinta processos, enquanto a sentença proferida na fase de conhecimento, possivelmente, gerou como única consequência uma mudança: ela vai para o Tribunal num recurso ordinário ou vai para a fase de execução". Então, esses atos especificamente de execução têm essa grande virtude: eles, de fato, findam o processo, eliminam um processo. Os outros atos processuais, realizados em outras fases, às vezes simplesmente movimentam nossa linha de montagem. O processo troca de prateleira, mas não se resolve.

Às vezes, os advogados dizem que os clientes perguntam: "Como está o meu processo?" E eles respondem: "O seu processo estava na prateleira A e foi para a prateleira B". E os clientes replicam: "Mas, e quando vou receber?"

Essa é a questão fundamental para a qual não conseguimos, de uma maneira apropriada, objetiva e concreta, obter uma visão mais clara. Para perceber a dimensão deste problema: a Justiça do Trabalho sempre foi muito eficiente antes da fase de conhecimento. Nós tínhamos um número absolutamente extraordinário. Nesse ano, por exemplo, vamos ter dois milhões e trezentos mil processos e conseguimos resolver 90% deles na fase de conhecimento. Mas isso significa trocar o processo de lugar. Na execução, esse percentual se inverte. Temos uma proporção excepcional, de alto padrão na solução de processos em fase de conhecimento, mas, quando o processo chega na fase de execução, todo esse orgulho que podíamos sentir dos números deve se inverter. E nós nem sequer tínhamos uma visão apropriada desse fenômeno. Só muito recentemente começamos a perceber a dimensão do problema.

Há processos que entram na fase de execução e são de fácil solução porque o devedor é muito solvente: são bancos, grandes empresas, o próprio ente estatal, o governo, a União, os Estados e Municípios. São execuções que tendem a tramitar e chegar ao sucesso. O trabalhador, que de fato venceu, vai ser pago. Mas há uma proporção de micro, pequenas e médias empresas que no trâmite desse processo acabam se desconstituindo. Elas são insolventes, vão à falência ou pura e simplesmente

se extinguem. Ninguém mais sabe onde se encontram, e essa proporção é muito grande. Isso é uma coisa dramática, em que o vencedor ganha o campeonato, mas não leva a taça.

Segundo a Corregedoria do TST, a taxa de congestionamento nacional da Justiça do Trabalho, na execução, é de 69%. Como traduzir este número? O que ele nos diz?

Mais ou menos significaria o seguinte: de cada dez processos que iniciam a fase de execução, até o final do ano serão resolvidos apenas uns 30%. De cada dez processos, três serão pagos, o restante vai para o ano seguinte. Não significa dizer que de cada dez execuções só três darão um resultado no final, mas isso vai ficar para o ano seguinte e para o próximo... Alguma coisa em torno de 50%, 40% das execuções nunca serão pagas. Embora nosso problema seja tão sério que, a rigor, não temos sequer uma estatística para isso.

O senhor acredita que existe alguma arma, algum mecanismo que liquide de uma vez só o processo jurídico?

Essa é uma grande questão: não existe uma bala de prata para resolver este tipo de problema. A solução é a adoção de certos mecanismos, de pequeno porte, soluções típicas para algumas dessas dificuldades que possam ser resolvidas. Essa marcha de 10 mil quilômetros precisa começar com pequenos passos que possam resolver alguns desses processos que efetivamente tenham chance. Precisamos ser muito realistas nesse particular, alguns desses processos de fato vão continuar aí, incomodando, circulando como se fossem almas penadas nas prateleiras, como processos zumbis. Por outro lado, há outras circunstâncias que podem ser efetivamente resolvidas, com práticas muito engenhosas, efetivas e criativas.

O modo como o advogado monta o seu processo, interfere e reflete mais tarde no sucesso da execução?

Sim. A atuação dos advogados é absolutamente fundamental nesse particular: se a ação é bem proposta, se o próprio advogado tem clareza em relação às chances de sucesso com este processo e, também, em relação aos direitos do seu cliente. Não adianta o advogado falar que tem uma ação que vale dezenas de milhares de reais, centenas ou até milhões, se isso não vai ter a menor chance de ser executado. E aí, eventualmente, o advogado perde uma oportunidade excelente de um acordo numa fase de conhecimento, com interferência do juiz. Tudo bem, a ação pode valer mil. Mas a verdade é que esta empresa, por conta do porte, por conta das dificuldades que já vem atravessando, consegue pagar 10. E se esse acordo não for feito agora, a verdade é que a chance de solução, daqui a 2 ou 3 anos, quando o processo entrar em fase de execução, é mínima.

Comissões antecipam debates e preparam a Semana Institucional



Marcos Dias

Desembargador Arion Mazurkiewicz, que coordena uma das comissões preparatórias

A Primeira Semana Institucional do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná está em fase de planejamento e organização. O evento, que será realizado de 12 a 16 de setembro, tem o propósito de gerar reflexão sobre o papel institucional da Justiça do Trabalho e buscar o aprimoramento das ações. Para tanto, o TRT-PR irá suspender todas as atividades jurisdicionais, medida necessária para que possa reunir os 197 magistrados da Justiça do Trabalho do Paraná. Quatro comissões temáticas estão em atividade, desde junho, para preparar os debates. Elas são dirigidas pelos desembargadores Arion Mazurkiewicz, Dirceu Buyz Pinto Júnior, Marlene Fuverki Sugimatsu e Sérgio Murilo Rodrigues Lemos.

As discussões da Semana Institucional vão girar em torno de quatro eixos temáticos, para os quais foram designadas quatro comissões. São elas: comissão de cumprimento da sentença e execução, comissão de efetividade e produtividade no exercício jurisdicional, comissão do processo eletrônico e comissão de gestão e políticas institucionais. Integrante da comissão de cumprimento da sentença e execução, o desembargador Dirceu Buyz Pinto Júnior, adiantou que, nessa área, serão abordados os seguintes temas: constrictão, expropriação, contribuições previdenciárias e fiscais e, ainda, a simplificação de rotinas em execução.

De acordo com o desembargador Dirceu, o objetivo é obter soluções concretas para diversos aspectos que retardam o cumprimento das sentenças, além de encontrar respostas para situações comuns que afligem a todos. Segundo ele, "isso poderá ser feito a partir de propostas

que envolvam procedimentos bem sucedidos em algumas Varas, e que não são do conhecimento de todos os magistrados, além, é claro, de discussões a respeito de temas eminentemente jurídicos", destaca o desembargador Dirceu.

► A EXPERIÊNCIA GAÚCHA

O Tribunal Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul foi pioneiro na realização desse tipo de evento no Brasil. Os Encontros Institucionais da Magistratura do Trabalho do Rio Grande do Sul tiveram início em 2006 e caminham, de forma ininterrupta, para a sexta edição. À exceção do primeiro ano, os demais encontros foram organizados pela Escola Judicial do TRT-RS.

Realizados ao longo de quatro dias, em média, os eventos costumam contar com 200, 250 e até 300 participantes. Já passaram pelos Encontros Institucionais, na condição de palestrantes, juízes e desembargadores de outros TRTs, representantes do Ministério Público, juristas, auditores fiscais do Trabalho, professores universitários e doutores em Direito, além de ministros do Tribunal Superior do Trabalho e do Tribunal Superior de Justiça.

A cada ano, os magistrados do Rio Grande do Sul revelam-se mais satisfeitos e empolgados com os resultados obtidos pelos Encontros Institucionais. Estimular a reflexão, avaliar o cotidiano do Judiciário Trabalhista e melhorar a prestação do serviço jurisdicional foram alguns dos objetivos propostos e amplamente alcançados e que seguem, ano após ano, buscando aperfeiçoamento. "Mais do que apontar um ponto de chegada ou, ainda, fixar um ponto de partida, o que importa é afirmar a importância do caminho", concluiu o juiz Denis Marcelo de Lima Mourinho que, no encontro de 2007, era o presidente do TRT-RS.

Maria Celeste Corrêa



Inara Passos

Desembargadores Sérgio Lemos, Marlene Sugimatsu e Dirceu Júnior



▶ ENTREVISTA

JUIZ REGINALDO MELHADO

Coordenador da Semana Institucional

É a primeira vez que o TRT do Paraná ousa parar a jurisdição e reunir todos os juizes por um período tão longo. O que isso sinaliza?

Em primeiro lugar, a preocupação em identificar problemas e suas causas e encontrar soluções. Depois disso, é importante o enorme sentido de democratização e construção coletiva de caminhos: todos os magistrados são chamados a discutir, propor e votar essas soluções.

Pode-se dizer que é um momento histórico para o Tribunal?

Nossa 1ª Semana Institucional será um divisor de águas na história do Tribunal, se os magistrados souberem agarrar essa oportunidade. A partir dela, poderemos ter criado um jeito novo de caminhar. Isso dependerá, claro, da concretude que se possa extrair da primeira experiência – e do seu aprimoramento nos anos subsequentes.

Como estão os preparativos para a Semana Institucional?

A Semana Institucional terá três momentos. O primeiro, de reflexão interna, debates e deliberações. O segundo, com um programa de conferências, seguido do terceiro, constituído pela celebração do aniversário de 35 anos do Tribunal do Paraná.

Como foram definidos os eixos temáticos?

A Escola Judicial enviou correspondência a todos os magistrados e à Amatra solicitando contribuições e sugestões. Com base nessas respostas, o Conselho Administrativo da Escola Judicial definiu os eixos temáticos e levou essas proposições à administração do Tribunal. O desembargador Ney José de Freitas apoiou todas elas, levou ao Pleno do Tribunal e houve a aprovação.

Qual será o formato do evento?

Ele terá o formato de um congresso. Propostas encaminhadas às comissões de estudo prévio serão discutidas e votadas numa Plenária, depois, teremos conferências no Museu Oscar Niemeyer e solenidade de encerramento.

Um dos grandes desafios da Justiça do Trabalho é a busca

pela celeridade dos processos. De que maneira a Semana Institucional pode trazer contribuições neste aspecto?

Não tenho respostas, mas algumas pistas. Creio que poderemos coletivizar experiências locais que se mostraram eficientes. Também poderemos unificar métodos e procedimentos de atuação jurisdicional em questões mais simples, que não impliquem controvérsias mais importantes de fundo filosófico ou ideológico, dando maior segurança jurídica aos advogados e às partes. A meu ver, não é razoável que a pessoa saia de Campo Mourão para fazer uma audiência em Cambé e não saiba como será o procedimento, como será realizada a prova pericial, se haverá adiamento em razão da ausência da testemunha etc.

Outro grande desafio é a execução das sentenças. Como a Semana Institucional pode contribuir para o cumprimento dessa meta do TRT-PR?

Segundo o juiz José Aparecido dos Santos, um dos grandes estudiosos da matéria e membro da comissão criada pelo TST para elaborar a reforma da Execução Trabalhista, as alterações processuais mais importantes não dependem de alteração da lei: podem ser implementadas por consensos mínimos entre os magistrados, envolvendo-se, naturalmente, os dois graus de jurisdição.

Que tipo de participação os juizes podem ter, desde agora e até setembro, para colaborar com a Semana Institucional?

Creio que essa é a fase mais importante. O magistrado pode e deve participar encaminhando proposições e debatendo as propostas apresentadas. As reuniões de grupo e a plenária, na Semana Institucional, não são e nem farão milagre catártico. O resultado de setembro depende da atuação de cada um agora.

Que relatos o senhor ouviu de participantes de semanas institucionais em outros tribunais?

Só o Rio Grande do Sul já fez algo parecido e os resultados foram excelentes. Como certamente acontecerá conosco, eles foram aprimorando os encontros e já estão na sexta edição anual, com muito sucesso.

Vara de Pato Branco tem nova sede, processo eletrônico e uso do Juriscalc

De uma só vez, no dia 9 de junho, a Vara do Trabalho de Pato Branco ganhou uma nova sede, a implantação do processo eletrônico e o Juriscalc, programa de cálculo antecipado do valor das causas trabalhistas, desenvolvido pelo TRT do Pará e adaptado para o Paraná. A obra foi inaugurada pelo presidente do Tribunal, desembargador Ney José de Freitas, que foi o primeiro juiz do Trabalho em Pato Branco, para onde foi designado em 1990.

O novo prédio está localizado na esquina das ruas Pio XII e Paraná, em um terreno de 951 m² doado pela prefeitura. A nova área construída é quase três vezes maior do que a da antiga sede e incorpora todos os parâmetros das novas edificações do TRT-PR, como a adequação para pessoas com deficiência, espaço próprio para os advogados e posto bancário. Há duas salas de audiência, uma de conciliação, estacionamento, uma sala de serviços gerais e gabinetes e outra de multiuso, para realização de reuniões e treinamento.

Na linha de responsabilidade ambiental, a Vara de Pato Branco recebeu uma inovação, em relação às demais instalações da Justiça do Trabalho: é a primeira a contar com cisterna para reaproveitamento da água da chuva.

► **PROCESSO ELETRÔNICO** – A Vara, agora em nova sede, foi a terceira do interior a implantar o peticionamento exclusivamente em meio digital, como já ocorre em Londrina, Cambé e Curitiba. Durante a cerimônia de inauguração, esse foi o fato mais mencionado nos discursos. O presidente da Associação dos Magistrados Trabalhistas do Paraná, Carlos Augusto Penteado Conte, e o presiden-

te da seção local da Ordem dos Advogados do Brasil, Luiz Antônio Corona, ressaltaram a evolução e estimularam os usuários do sistema a enfrentar as dificuldades iniciais de adaptação, para usufruir da celeridade processual e outras vantagens do processo eletrônico. "Acabei de protocolar minha última ação trabalhista em papel, a de número 980", comentou Luiz Corona, comemorando a atualização tecnológica da Justiça do Trabalho na cidade.

Como nas outras cidades em que o processo eletrônico foi instalado, os usuários receberam estrutura e assessoria para utilizá-lo. Na entrada da Vara do Trabalho há um espaço de atendimento e orientação aos advogados, equipado com computador e scanner. Os servidores foram treinados não somente para a recepção dos documentos e tramitação dos processos, mas também para auxiliar os advogados e assegurar que possam atuar normalmente.

► **JURISCALC** – A juíza de Pato Branco, Emília Simeão Albino Sako, ressaltou o uso pioneiro de um sistema que favorece a conciliação: "A vara será piloto na implantação do Sistema Juriscalc, ferramenta capaz de solucionar cálculos referentes a parcelas trabalhistas". O sistema foi apresentado à comunidade jurídica e acadêmica de Pato Branco, no dia 8 de junho, pelo assessor de Economia e Orientação de Cálculo do TRT do Paraná, Juarez Varallo Pont. "O Juriscalc é uma ferramenta útil para acordos, na medida em que propicia a apuração de valores mais próximos da realidade contratual, e fundamental para a prolação de sentença líquida, meta estabelecida pelo Conselho Nacional de Justiça e que o TRT do Paraná busca cumpri-la", explicou Juarez.



Fachada do novo prédio, construído em um terreno de cerca de mil metros quadrados, próximo ao centro de Pato Branco

Desde abril deste ano, o TRT-PR vem realizando treinamentos para advogados, calculistas e peritos para a utilização do Sistema Juriscalc. De acordo com Juarez Pont, após a utilização da ferramenta, em caráter experimental, em Pato Branco, será feita a análise pelo Tribunal para a instalação do novo sistema em todas as Varas do Trabalho do Paraná.

O sistema de cálculos judiciais foi desenvolvido e testado pelo Tribunal Regional do Pará e aperfeiçoado pela equipe da Assessoria de Economia e Orientação de Cálculo do TRT do Paraná. Da forma como ocorrem atualmente, sem uma ferramenta disponível para os cálculos, as sentenças são relacionadas apenas ao direito adquirido pelo trabalhador, sem cálculos.

Com a utilização da ferramenta, o prazo para a conclu-

são das sentenças pode ser reduzido significativamente, explica Juarez Pont. "Processos que, anteriormente, levavam de 6 a 8 meses para serem resolvidos, por meio deste sistema poderão ser liquidados, em média, de 2 a 3 meses", completa o servidor.

Além de solucionar cálculos relacionados a diversas parcelas trabalhistas, a ferramenta serve de subsídio para a conciliação e possibilita a liquidação ágil das sentenças. Agora, sabendo com precisão quais são as quantias em disputa, as partes envolvidas tendem mais facilmente ao acordo.

► **TÊMIS** - Uma escultura que reproduz a deusa grega Têmis, símbolo da Justiça, foi entregue à Vara do Trabalho, na inauguração, pelo artista plástico Kalu Chueiri. A obra está no saguão de entrada da nova sede.



Uma escultura de Kalu Chueiri ficará no saguão de entrada



O desembargador Ney Freitas e o presidente da Amatra, Carlos Augusto Penteadonte, com juízes e servidores



Juíza Emília Sako e o presidente da Câmara Municipal, Claudemir Zanco, desenham a fita inaugural



A juíza Emília Sako durante a cerimônia



Equipe da Secretaria de Engenharia e Arquitetura, responsável pela obra que deu nova sede à Vara de Pato Branco



Músicos de Pato Branco se apresentam durante a inauguração

Unidades de Curitiba terão estrutura para aumento do uso da bicicleta



Os servidores Ana Paula Rocha, Adriana Pansieri, Fabrícia Chiarelli, Vanessa Souza e Luciano Zimmer, de Curitiba, trocaram os automóveis pelas bicicletas nos deslocamentos até o Tribunal

De casa ao trabalho, do trabalho para casa. Esse trajeto diário e comum a todos os trabalhadores ganhou interatividade, economia e rapidez para o servidor Luciano Zimmer quando, há dez anos, ele aposentou o carro para fazer o percurso pedalando. Mas a eficiência e a praticidade proporcionadas pela bicicleta encontravam um entrave justamente na porta do Tribunal: onde deixá-la?

Para atender às necessidades desses novos ciclistas, o Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (TRT-PR) está implantando bicicletários nos prédios do Cajuru (Arquivo Geral), da Vicente Machado, 147 e 400, e na Carlos de Carvalho, 528, que comportam cerca de 25 bicicletas, atendendo à demanda recente de ciclistas. “Como as vagas são limitadas, é imprescindível que os interessados façam o cadastro junto à Secretaria Administrativa, para que não haja o empecilho dos usuários chegarem até o Tribunal e as vagas já estarem ocupadas”, explica o Diretor da Secretaria Administrativa, Haroldo Rebello Junior.

Apesar dos benefícios propostos pela bicicleta, a resistência quanto ao uso desse tipo de prática ainda é muito grande. Um dos principais motivos é o clima da capital. “Claro que com chuva é complicado andar de bicicleta, mas eu percebi que temos, em média, um a dois dias por mês em que efetivamente não há possibilidade de des-


viar da chuva, principalmente porque nosso horário de trabalho permite uma flexibilidade muito grande”, explica Luciano Zimmer.

Mais difícil de desviar é a preocupação quanto ao trânsito, “porque parece um pouco opressor dividir o mesmo espaço com os carros”, mas Luciano garante que é somente uma questão de técnica e entendimento da dinâmica das ruas. Ele defende a implantação de ciclofaixas (faixas pintadas nas vias comuns com trânsito exclusivo para bicicletas), imprescindíveis para dar segurança a quem quer utilizar a bicicleta para trabalhar. “Não existe ligação entre os bairros e o centro de Curitiba, pois as ciclovias interligam somente os parques e as áreas de lazer”, reclama o servidor João Olímpio Comerlato, que pedala até o Tribunal, todos os dias, há cerca de dois anos.

A questão da vestimenta também é levada em consideração na hora de aderir ao uso da bicicleta, mas a servidora Ana Paula Rocha explica que, se houver uma programação, não há dificuldades. “Agora que o clima está frio, fica ainda mais fácil, mas quando está calor é só se programar e trazer outra blusa para trocar”. Além disso, as pedaladas rotineiras servem tanto como um exercício aeróbico - estimulando o sistema cardiopulmonar e, conseqüentemente, prevenindo doenças cardíacas - como no auxílio à queima de calorias. “Eu não tenho tempo para frequentar academia, ainda mais



Nem mesmo os dias chuvosos do inverno curitibano desencorajam a servidora Adriana Pansieri, que vem trabalhar de bicicleta

 *Letícia Gabriele*

porque tenho um filho pequeno. Dessa forma, a bicicleta acaba sendo um exercício diário, que não gasta tempo e nem dinheiro”, relata Ana Paula.

Além dos benefícios práticos, a bicicleta ainda oferece benefícios financeiros, pois as despesas referentes ao estacionamento, combustível e manutenção de um carro são eliminadas. “No gabinete onde eu trabalho, tenho um

colega que vem de bicicleta diariamente do Novo Mundo (limite Sul de Curitiba), e economiza cerca de 500 reais por mês”, relata Luciano. “É preciso quebrar um pouco os preconceitos e os medos, pois as barreiras são psicológicas. Na prática, acaba sendo muito vantajoso”, finaliza o servidor.

 *Letícia Gabriele*

A iniciativa, além de saudável, diminui a emissão de poluentes

De acordo com o Detran, em Curitiba há dez carros para cada 16 habitantes, e em todo o Brasil, circulam cerca de 50 milhões de veículos diariamente. Toda essa movimentação automobilística é responsável por 70% da poluição emitida nos grandes centros urbanos. Para neutralizá-la, seria necessário que cada motorista plantasse 15 árvores por ano. Outra saída seria a redução do número de automóveis e o consequente aumento das “bikes”. A cada 5.000 bicicletas em circulação, são reduzidas 6,5 toneladas de poluentes no ar. Conscientes dos benefícios proporcionados pela bicicleta, um número cada vez maior de adeptos apoia campanhas por modos mais sustentáveis de transporte.

Em Curitiba, existem mobilizações como “O plano das bikes brancas”, na qual os interessados podem vivenciar o uso de bicicletas comunitárias: o ciclista retira a bicicleta, em algum dos cinco Pontos de Apoio espalhados pela cidade, e permanece com ela durante 7 dias, sem custo algum. Para as mulheres, o movimento “Curitiba Cycle Chic”, que já completa dois anos, incentiva o uso da bicicleta através da comprovação de que é possível aliar as pedaladas ao estilo e à elegância. Já a “Bicicletada”, é uma pedalada pacífica, realizada de mês em mês, em mais de 200 cidades de todo o mundo. Na capital, a concentração é feita em dois dias: no último sábado de cada mês, às 9h30, ou na segunda sexta-feira do mês, às 18h30, no Pátio da Reitoria da UFPR (Rua Amintas de Barros com Rua Dr. Faivre).

Comunicação Social agora segue política estabelecida pelo CSJT

A comunicação da Justiça do Trabalho, de primeiro e segundo graus, deve seguir uma série de diretrizes fixadas pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), desde 21 de junho. A Resolução 80 do Conselho fixou como objetivos da comunicação:

- ▶ Dar amplo conhecimento à sociedade das decisões judiciais e administrativas da Justiça do Trabalho;
- ▶ Divulgar os direitos do cidadão e os serviços colocados à disposição da sociedade;
- ▶ Contribuir para o fortalecimento da imagem institucional;
- ▶ Despertar a visão crítica dos cidadãos a respeito da importância da Justiça do Trabalho para garantia de direitos e da paz social;
- ▶ Promover a participação de magistrados e servidores nas ações de comunicação.

As diretrizes a serem seguidas incluem aspectos políticos, como a afirmação dos princípios da Constituição Federal, e técnicos, como a adequação da linguagem aos diferentes públicos e meios de comunicação. Está prescrita a utilização dos diversos meios e ferramentas tecnológicas disponíveis e, como é natural, está vedado o uso desses meios para promoção pessoal.

Para efeito de organização, a Resolução dividiu as áreas de atuação das assessorias de comunicação da Justiça do Trabalho em divulgação – que compreende o atendimento a profissionais de imprensa e monitoramento dos veículos de comunicação –, marketing, publicidade e comunicação interna.

Um comitê gestor de comunicação social foi criado para, entre outras atribuições, planejar e coordenar ações em nível nacional. O comitê será composto pelo secretário de Comunicação Social do Tribunal Superior do Trabalho, pelo assessor chefe da Comunicação do CSJT e cinco assessores de comunicação de tribunais regionais do trabalho, um de cada região geográfica do País.

▶ **PLANEJAMENTO** - Por força da Resolução 80, os Tribunais terão de elaborar planos anuais de comunicação social, alinhados ao planejamento estratégico, e os Tribunais deverão estabelecer, em rubrica própria, orçamento para as ações de comunicação.

A Resolução, aprovada por unanimidade, foi apresentada pelo presidente do CSJT, ministro João Oreste Dalazen, e é resultado de proposta elaborada por Grupo de Trabalho instituído em abril de 2011. O grupo foi composto por assessores de Comunicação Social do CSJT, TST e TRTs.

▶ **DEBATE** - Recém publicada, a Política de Comunicação da Justiça do Trabalho foi debatida por assessores de Comunicação Social de Órgãos da Justiça do Trabalho durante o VII Congresso Brasileiro dos Assessores de Comunicação da Justiça (Conbrascom), realizado no Rio de Janeiro, de 20 a 22 de junho. Foram discutidas medidas que precisarão ser adota-

das para o cumprimento da Resolução. Os assessores apresentaram ideias e sugestões para a elaboração dos planos anuais de atuação, tanto em nível regional quanto nacional, como determinou o CSJT. Além disso, se comprometeram em ampliar a capacitação em gestão e orçamento e criar um banco de projetos para o compartilhamento de documentos. Estiveram presentes assessores de Comunicação Social do CSJT, TST e de TRTs (1ª, 2ª, 3ª, 5ª, 7ª, 9ª, 10ª, 12ª, 13ª, 14ª, 15ª, 16ª, 17ª, 18ª, 19ª, 21ª, 22ª e 23ª Regiões).

Durante a realização do Congresso, a corregedora Nacional de Justiça, ministra Eliana Calmon Alves, enfatizou a importância da maior visibilidade do Poder Judiciário e da participação do juiz na mídia. "Antes da Constituição de 1988, o magistrado tinha a compreensão de que não deveria dar explicações. Ele prestava a jurisdição que entendesse. A nova constituição trouxe um conceito de direitos de cidadania e, a partir daí, novos rumos foram dados", enfatizou a ministra. "O órgão necessita dar publicidade a seus atos, para ter a credibilidade do cidadão que está a servir. A sociedade precisa reconhecer o juiz não mais como representante do Poder, mas como responsável pela implementação de políticas públicas", completou. A ministra também lembrou a importância das assessorias de comunicação dentro de cada órgão da Justiça. "A divulgação, por meio da Imprensa, está de mãos dadas com a democracia", completou.

Gladimir Nascimento, com informações de Flaviane Galafassi e Patrícia Resende (CSJT)



Ascom TRT-RJ

Assessores de comunicação dos Regionais no Conbrascom